

Resenha de: PIKETTY, Thomas. **O Capital no Século XXI**. Tradução de Monica Baumgarten de Bolle. 1.ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

Marcos Taroco Resende¹

O *Capital no Século XXI* de Thomas Piketty logo após sua publicação se tornou um *best-seller*. Um dos principais impactos da publicação foi colocar - em um contexto de lenta recuperação da economia mundial desde a crise de 2008 e imersa ainda sob os efeitos da crise da Zona do Euro - a necessidade do debate da desigualdade da riqueza em uma magnitude global, com grande repercussão na Europa, nos Estados Unidos e nos chamados países em desenvolvimento, como o Brasil. Isto é particularmente importante porque o grosso da análise do autor ocorre através de uma razoável amostragem de países, mas que pertencem ao "mundo desenvolvido". Mesmo com a escassa inclusão dos países em desenvolvimentos ao longo do extenso livro, devido a dificuldade/indisponibilidade de dados, o efeito do livro não foi menos brando nesses países, porque levou ao questionamento dos economistas e dos atores sociais dos níveis e da estrutura da desigualdade dos países em que residem e a uma maior transparência em relação aos dados fiscais dos estratos mais ricos da sociedade.

Antes de realizar uma incursão mais detalhada nas fontes, variáveis, resultados, e nos argumentos centrais - bem como sua construção ao longo do livro, tecemos alguns comentários no que tange à organização do livro.

Do ponto de vista teórico, no início da introdução, Piketty realiza críticas em relação à maneira como Malthus, Ricardo e Simon Kuznets tratavam a desigualdade. Especial destaque é conferido à contestação da "curva de Kuznets", que preconizava que a desigualdade se reduziria naturalmente com a elevação do desenvolvimento econômico. Um livro cujo título se inicia com "O Capital", em si, carrega uma associação quase imediata a "O Capital" de Karl Marx. Não é uma coincidência. Como poderia ser possível supor como expectativa do leitor, o título similar ao clássico livro de Marx não implica em uma reprodução ou uma reatualização das análises de Marx ao contexto do século XXI. Longe disso. Na verdade, Piketty, ao longo dos capítulos, sempre remete a Marx para criticá-lo. Essa crítica se dá de um ponto principal, o futuro do capitalismo, em relação ao que chama de "apocalipse marxista". Esse apocalipse se expressaria, segundo a visão do nosso autor, na tendência inevitável à queda de taxa de lucro à medida que a acumulação de capital aumenta, que redundaria em sérios conflitos sociais entre capitalistas e trabalhadores, aumentando as contradições lógicas no interior do sistema capitalista,

¹ Doutorando em Economia no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG). Email: marcostaroco07@hotmail.com

que terminaria por sepultar o capitalismo². Em suma, haveria uma tendência inevitável de uma parcela cada vez maior da renda nas mãos dos capitalistas. Piketty nomeia esse mecanismo como o “princípio da acumulação infinita”.

Segundo Piketty, ao contrário, não existe uma tendência pré-determinada que leva ao aumento da desigualdade e ao fim do capitalismo. Em sua visão, existem tanto forças de convergência, que diminuem a desigualdade, quanto forças de divergência, que a alçam a níveis elevados. A depender do período histórico, podem haver diferentes combinações entre elas, resultando em díspares trajetórias do nível e da estrutura da distribuição de renda. O estudo do comportamento da distribuição de renda entre o fim do século XIX e o início do século XX é realizado através do estudo dessas forças opostas. Vale mencionar que a leitura da obra de Marx realizada por Piketty parece excessivamente superficial. Conforme Marques e Leite (2016), em Marx não há tal inevitabilidade automática da queda da taxa de lucro, sem nenhum fator de compensação. Além disso, para esses autores a visão “apocalíptica” descrita por Piketty parece pressupor que na visão marxiana naturalmente as tendências do capital levariam à “rebelião” dos trabalhadores, o que não corresponde ao expressado por Marx no *Manifesto Comunista*, no qual os trabalhadores deveriam se organizar para a revolução.

O argumento central da obra é que, dentre todas essas forças – que também são exploradas ao longo do livro –, existe uma força de divergência mais poderosa, que é tomada como uma desigualdade fundamental, entre a taxa de remuneração do capital, representada pela letra r , e a taxa de crescimento da economia, representada por g . Quando r é sistematicamente maior que g , a estrutura da desigualdade pode chegar a níveis elevadíssimos, como ocorreu entre o final do século XIX até a Primeira Guerra Mundial em 1914, e a tendência que vem se consolidando entre a década de 1970 até os nossos dias mais próximos. O oposto, quando a taxa de crescimento da economia superou a taxa de remuneração do capital, teria ocorrido a partir da Primeira Guerra Mundial e compreendeu ainda “os trinta gloriosos” do capitalismo, 1945-1970, quando a desigualdade de renda e de riqueza diminuiu sensivelmente. O mecanismo elementar por trás da “desigualdade fundamental” é que quando $r > g$, os patrimônios acumulados, na forma de heranças, ganham um peso relativo muito maior frente ao crescimento do fluxo da renda em cada período do tempo, de modo que basta a aplicação de uma pequena parcela da riqueza herdada, para que haja um crescimento superior à média da economia como um todo.

² A crítica à Marx prossegue indicando, por exemplo, que o autor teve conclusões mal embasadas por indisponibilidade de dados ou escassa exploração das possibilidades empíricas que dispunha.

Mas qual foi o caminho trilhado pelo autor para alcançar esses resultados e argumentar sob esses termos? Primeiramente foi realizada uma profunda pesquisa empírica. A amostragem dos casos selecionados, apesar de se concentrar notavelmente nos casos de França, Reino Unido e Estados Unidos, incorpora muitos países, como, por exemplo, Alemanha, Espanha, Portugal, Japão, Suécia, Suíça, Canadá, Índia, China, Indonésia, África do Sul, Argentina e Colômbia. A temporalidade da pesquisa empírica permite uma reconstituição de longuíssimo prazo, iniciando-se no fim do século XIX, e findando-se nos anos mais recentes do limiar do século XXI. As principais fontes utilizadas pelo autor para mensurar a distribuição da renda e riqueza foram, respectivamente, as declarações do imposto de renda e as declarações de patrimônio. Estas últimas fornecem informações sobre a herança, que tem um peso central da leitura do autor. Os dados sobre renda nacional de cada país foram extraídos das contas nacionais.

A partir dessas fontes primárias, ao longo do livro, o autor representa seus argumentos com o auxílio de duas identidades contábeis, concebidas como “leis fundamentais do capitalismo”. A primeira lei fundamental seria $\alpha = r \times \beta$, em que α é a participação do capital na renda nacional, r a taxa de remuneração média do capital e β a relação estoque capital/renda nacional. É importante enfatizar que α mede a participação do capital na renda nacional a cada ano, sendo, portanto, fluxo, enquanto β mede o estoque de capital acumulado pela sociedade em relação a renda (capital/renda)³. Como se trata do estoque capital acumulado, que é sempre maior que a renda nacional, a medida resultante em β é dada em “anos da renda nacional”. Já a segunda lei fundamental do capitalismo é representada por $\beta = \frac{s}{g}$, em que β é a razão estoque de capital/renda, s denota a taxa de poupança e g a taxa de crescimento da economia. Por essa segunda lei apresentada pelo autor, quanto maior a taxa de poupança s , maior a relação capital/renda β , e quanto maior a taxa de crescimento da economia g , menor β ⁴. Por trás dessas equações que carregam alguns pressupostos que são discutidos no livro, o autor tem por objetivo sinalizar que quando uma economia poupa muito e tem baixo crescimento, a relação estoque de capital/renda se eleva e isso contribui para a deterioração da estrutura distributiva da economia em favor dos mais ricos, devido à manutenção da desigualdade prolongada $r > g$, manifestada no maior peso relativo das heranças.

³ É importante esclarecer que Piketty não diferencia capital e riqueza. Deste modo, capital inclui uma variada classe de ativos, que não necessariamente no processo de produção de mercadorias. Para uma discussão mais aprofundada e suas implicações para as conclusões do autor ver Marques e Leite (2016).

⁴ Em termos das equações, a visão apocalíptica marxista, entendida por Piketty, é dada pelo crescimento da produtividade igual a 0, isto é $s=0$, o que elevaria na segunda lei fundamental do capitalismo a relação capital/renda β , o que por sua vez implicaria, na apropriação total do capital na renda nacional, α . Entretanto, como já indicado, Marx reconhecia forças que compensavam a tendência de queda da taxa de lucro, e dentre elas a produtividade (MARQUES; LEITE, 2016).

Estes argumentos e seus resultados associados formam a espinha dorsal que atravessa toda a estrutura do livro, que para além da introdução e da conclusão, é composta por quatro grandes partes, através das quais dezesseis capítulos são distribuídos. A apresentação das duas primeiras partes - respectivamente Renda e Capital e A dinâmica capital/renda - são importantes para familiarização das definições dos conceitos mobilizados pelo autor, bem como para o entendimento das principais equações utilizadas ao longo do livro. Nas duas primeiras partes do livro, o autor começa gradualmente a construir seu argumento central, buscando relacionar o baixo crescimento econômico (e baixa expansão democrática) e o aumento da desigualdade de renda e riqueza: "nas sociedades em estagnação, os patrimônios têm uma importância considerável" (PIKETTY, 2014, p.227), sendo isto acentuado com o baixo crescimento demográfico porque aumenta o peso do capital das antigas gerações das heranças, devido à pequena renovação de indivíduos na sociedade.

Na segunda parte, o autor começa a se aproximar de seu objeto. Isso é feito pela descrição e análise da composição relativa de ativos que formaram o capital (a riqueza) ao longo dos séculos e em especial a relação renda/capital. Piketty enfatiza a similaridade dos casos entre Reino Unido e França, em que a relação capital/renda permaneceu em níveis mais ou menos estáveis entre os séculos XVIII e XIX, entre seis e sete anos da renda nacional, decrescendo entre a Primeira Guerra Mundial e a década de 1970, para dois e três anos da renda nacional, quando começou a subir novamente aos níveis próximos do que estava em vigor no século XIX, chegando a 2010 de cinco a seis anos da renda nacional, tratando-se portanto de uma trajetória da relação capital/renda em uma curva em U. Outra conclusão, é que ao longo dos três séculos analisados pelo autor, a composição do capital nos dois casos se alterou, as terras agrícolas perderam espaço espetacularmente para os imóveis, o capital profissional e financeiro. Para ele, essa trajetória é válida para a maior parte dos países europeus. Há comparações históricas interessantes entre os casos de Alemanha e Estados Unidos, levando em conta seus condicionantes históricos específicos, tais como unificação tardia, escravidão, imigração, etc.

Como já ressaltamos, o interregno entre a Primeira Guerra Mundial e os Trinta Gloriosos possui um especial significado para o autor. A curva em U foi mais inclinada em países como Reino Unido e França devido a maior intensidade dos choques externos do século XX sobre esses países, bem como as respostas políticas ao cenário econômico que envolveu todo o contexto da Grande Depressão e das Guerras Mundiais. A maior queda da relação capital/renda nesses países se deveu à destruição física do capital causada pelas guerras. Além disso, as guerras ocasionaram diminuição nos preços dos ativos, queda da poupança privada e houve diminuição geral do capital externo nessas economias. Desta análise, o autor extrai o baixo

crescimento econômico. Assim, o aumento da razão capital/renda a partir da década de 1970 a níveis similares aos vigentes no começo do século XX se deve ao baixo crescimento econômico (segunda lei fundamental do capitalismo) e da menor expansão demográfica. Este fator central é reforçado por mais dois: de um lado, os movimentos de privatização e desregulação financeira, e ainda o aumento dos preços dos ativos, especialmente dos imóveis e das ações.

A principal contribuição de *O Capital* no século XXI se inicia na terceira parte, quando o autor, de fato, evidencia os resultados mais importantes da pesquisa. A partir da análise dos casos por meio de tabelas de distribuição de desigualdade, focalizando o décimo superior (10%) e o centésimo superior (1%), o autor argumenta que embora o período 1914-1973 tenha se mostrado um período de redução de desigualdade, há uma variada assimetria das trajetórias nacionais em termos de temporalidades e intensidade, e que uma força de convergência importante foi o aumento do salário mínimo, guiado a partir da melhora educacional da população do investimento do governo em qualificação profissional e que, por outro lado, o aumento significativo dos salários dos superexecutivos foi uma força de divergência importante a partir da década de 1970. Para explicar as diferenças entre esses dois períodos no que toca à desigualdade patrimonial, Piketty retoma, amparado pelos dados, a análise do que chama de força de divergência fundamental, $r > g$. O autor ressalta que a taxa de remuneração média do capital r (antes dos impostos) no mundo esteve historicamente entre 4% e 5%, enquanto a taxa de crescimento econômico mundial, entre 1% e 2%. Mas, quando se contabiliza os impostos, que foram sistematicamente criados e aplicados por forças políticas na primeira metade do século XX (1913-1950), essa taxa caiu pela primeira vez para níveis próximos de 1%, enquanto a taxa de crescimento da economia foi de 1,5%, diminuindo o peso das heranças na desigualdade de renda e riqueza. Portanto, o autor mostra que os impostos, ao lado dos choques das guerras, as políticas fiscais e o crescimento econômico maior nos Trinta Gloriosos, tiveram um papel especial na diminuição da desigualdade. Entretanto, a partir da década de 1980, há uma diminuição dos impostos como parte do movimento geral de desregulação econômica e financeira.

A última parte, denominada Regular o capital no Século XXI, além de discutir mais profundamente a conjuntura do início deste século, abarcando uma série de temas, traz a dimensão da ação em uma perspectiva reformadora do capitalismo (social democrata), para a constituição de um "Estado social" para o presente século, capaz de alterar a tendência de aumento da desigualdade de renda e riqueza desde a década de 1970. Ao contrário de uma visão difundida, o autor concebe que embora as economias tenham experimentado um processo de liberalização desde os anos de 1970, nos países europeus o Estado ainda conserva uma importante rede de

proteção social e níveis razoáveis de gastos públicos. Na perspectiva do autor, a principal proposta para o Estado social seria a progressividade do sistema tributário, em especial a criação de um “imposto mundial sobre o capital” para diminuir a desigualdade de renda e riqueza. Piketty defende que isso deve ser uma tarefa global, porque a adoção das medidas por um país ou região apenas possui efeitos limitados, visto que há uma série de mecanismos e paraísos fiscais.

Em suma, o estudo projetou-se como uma obra de referência indispensável para o estudo da desigualdade nos séculos XX e XXI. Talvez a principal contribuição seja a sistemática pesquisa empírica realizada por Piketty e seus colaboradores para a criação de uma base de dados que serviu como suporte à leitura do autor. Esta base de dados é a *World Inequality Database* (WID.Wold) (ALVAREDO *et al*, 2019). Outro mérito se refere à tentativa de alinhar as trajetórias dos níveis de desigualdade de renda e riqueza observadas pelos seus dados às explicações que fogem do “fenômeno econômico” estritamente, isto é, o autor enfatiza a importância dos fatores políticos e sociais.

Referências

ALVAREDO, F.; CHANEL, L.; SAEZ, E.; PIKETTY, T; ZUCMAN, G. **The World Inequality Database**. Paris: Paris School of Economics, 2019. Disponível em: < <https://wid.world/>>. Acesso em 4 maio 2019.

MARQUES, R.; LEITE, M.G. Notas críticas sobre O Capital no século XXI de Thomas Piketty. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 36, n. 4, p. 684-703, 2016.